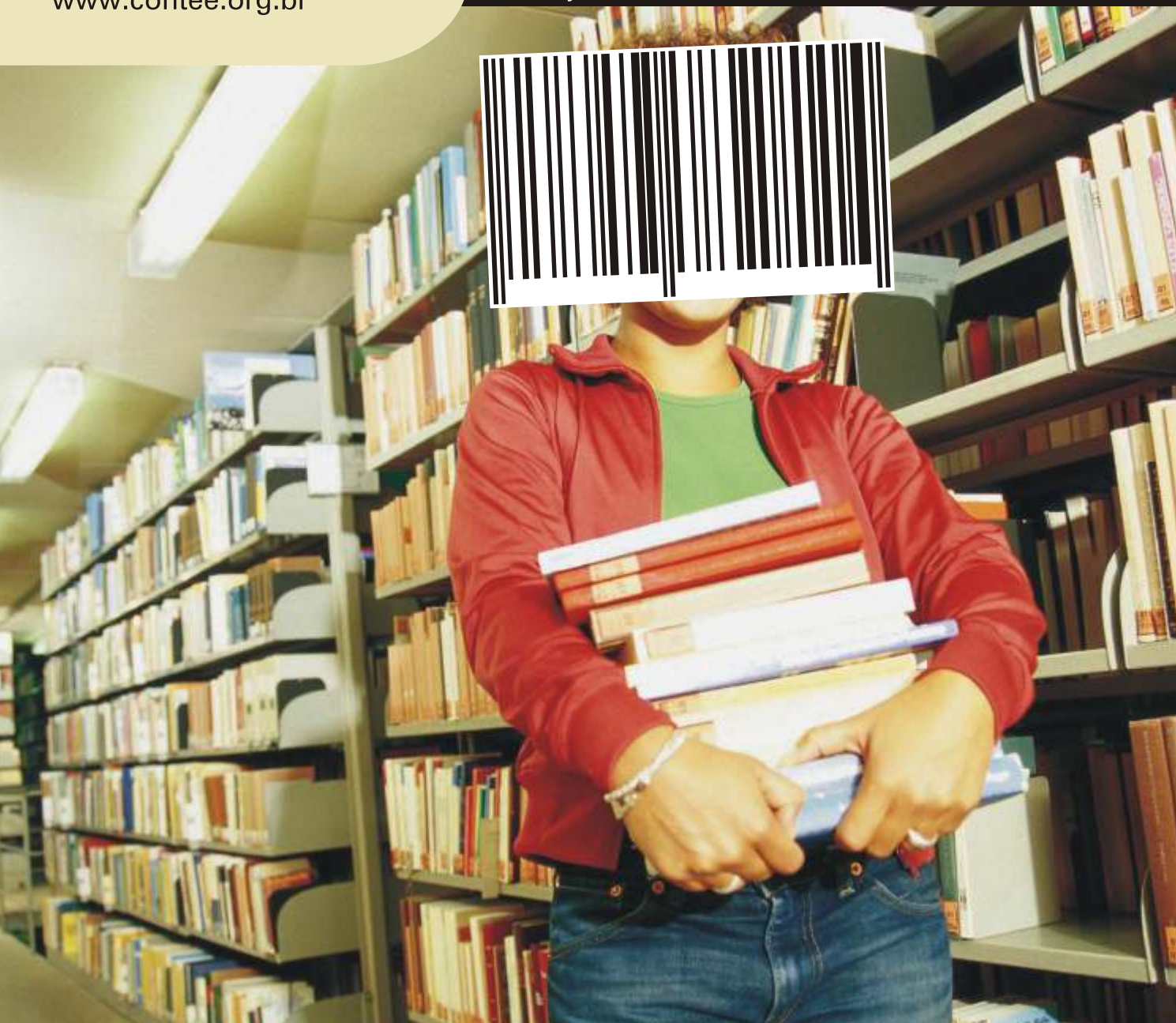


contee

www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino



EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

A CAMPANHA DA CONTEE

O histórico da Campanha "Educação Não é Mercadoria" – suas principais propostas e desafios.

Pág. 4

MERCANTILIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

Como esses processos avançam no Brasil e ameaçam o desenvolvimento do país e a soberania nacional.

Pág. 6

LANÇAMENTOS PELO PAÍS

Atividades da Campanha percorreram o Brasil, promovendo o debate sobre a necessidade de regulação do ensino privado e de fortalecimento da educação pública.

Pág. 10



Educação não é mercadoria é uma publicação da CONTEE:
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino.

Setor de Rádio e TV – SUL – Edifício Assis Chateaubriand
Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436 – CEP 70340-906 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3226-1278/ 3223-2194 – E-mail: contee@contee.org.br

www.contee.org.br



Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora Geral da CONTEE

Caros companheiros,

Ao completar um ano, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” tem muita história para contar. Desde seu lançamento, em abril de 2007, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino vem desenvolvendo

atividades, atos e debates por todo o país, conquistando o apoio de entidades de educação, movimentos sociais, sindicais, professores e estudantes. Constatamos que a cada dia a sociedade brasileira está mais consciente da importância da luta pelo fortalecimento da educação pública, contra a mercantilização do ensino e por uma educação de qualidade para todos. Esse é o compromisso da CONTEE, é por isso que trabalhamos incansavelmente.

Nesta publicação você vai encontrar informações sobre as nossas lutas, propostas e reivindicações. Vai saber como a CONTEE, por meio da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, tem atuado na articulação do processo de regulamentação do ensino privado e de valorização do trabalhador em educação. Conhecerá os riscos e prejuízos da mercantilização do ensino, juntando-se a nós no combate à desnacionalização da Educação – processo em curso no Brasil, que ameaça o desenvolvimento do

país e a soberania nacional.

Nas próximas páginas você verá que a Campanha “Educação Não é Mercadoria” é muito mais do que uma luta restrita aos trabalhadores em educação. É uma forma de toda a sociedade colaborar para a transformação do Brasil. Afinal, acreditamos que através da educação de qualidade conseguiremos realizar as transformações substanciais que nosso país tanto precisa para tornar-se mais justo, igualitário e verdadeiramente democrático.

E para que isso aconteça, é preciso de fato fazer da educação uma prioridade. Norteada por decisões responsáveis, aumento de verbas estatais para o setor público e o compromisso real do Estado brasileiro com a oferta de ensino de qualidade para toda a população. Venha lutar conosco por uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada. Um direito de todos e um dever do Estado.

Boa leitura!

Expediente

Diretoria Executiva:

Coordenação Geral: Madalena Guasco Peixoto
Regional Sul: Amarildo Pedro Cenci
Regional Sudeste: Paulo Roberto Yamaçake
Regional Norte: José Carlos Padilha Arêas
Regional Nordeste: Cristina Kavalkievicz
Secretaria Geral: Cristina de Castro
Secretaria de Assuntos Educacionais: José Thadeu de Almeida
Secretaria de Assuntos Jurídicos: Edson de Paula Lima
Secretaria de Comunicação Social: Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças: José Roberto Torres Machado
Secretaria de Formação e Políticas Sociais: Flávio Bitarello
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais: Fábio Eduardo Zambom
Secretaria de Questões de Gênero e Etnia: Rita Fraga

Editora e jornalista responsável: Daniele Moraes - MTb50607/SP
Projeto gráfico e diagramação: D3 Comunicação

Tiragem: 2500 exemplares
Impressão: Gráfica Relâmpago

A campanha da CONTEE

A luta da CONTEE em defesa da educação pública, contra a mercantilização do ensino e pela necessidade urgente de regulamentação do setor privado é histórica. Como embrião da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, em novembro de 2006, a CONTEE lançou um Manifesto, assinado em conjunto com diversas entidades do movimento social e sindical, em que já denunciava o início do processo de desnacionalização da educação e a venda ao capital internacional de várias Instituições de educação superior no Brasil.

UMA LUTA HISTÓRICA

Assinado pela CONTEE, juntamente com a CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação), UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) e da CUT (Central Única de Trabalhadores), o manifesto afirmava ser “inaceitável a ingerência do capital internacional nos assuntos educacionais de nosso país. Nós não aceitaremos que a educação se transforme em uma mercadoria a ser negociada na Organização Mundial do Comércio”.

Com o início do segundo mandato do presidente Lula, novamente a CONTEE veio a público, desta vez divulgando uma Carta Aberta a Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de um informe publicitário publicado em janeiro de 2007 na Revista Carta Capital. O documento alertava para a necessidade de regulamentação do setor privado de ensino, impedindo a disseminação do conceito mercadológico por falta de regras e contrapartidas exigidas pelo Estado, a fim de preservar a soberania do país e nossa produção de conhecimento.

A Carta denunciou mais uma vez a venda de Instituições de educação superior privadas para empresas internacionais. Na ocasião, a CONTEE lembrou ainda ao Presidente Lula que “o setor empresarial da educação é um dos setores

da economia que, por sua desregulamentação, desrespeita sistematicamente as leis trabalhistas e previdenciárias, que possui grande inadimplência das obrigações fiscais e que age de forma autoritária, colocando os interesses mercantilistas à frente dos educacionais, considerando alunos como clientes e professores e funcionários como empregados a serviço de seus lucros”.

Com o lançamento oficial da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, em abril de 2007, a CONTEE intensificou a discussão sobre o tema, produzindo muitos artigos, desenvolvendo debates e propondo a reflexão dos brasileiros sobre a grave realidade do setor privado de ensino, hoje totalmente livre para a exploração do capital, a ingerência internacional e o desrespeito à legislação e à toda a nação brasileira.

Após o lançamento, a CONTEE iniciou a divulgação do primeiro vídeo institucional da Campanha, com 35 segundos, que denuncia a mercantilização da educação. Desde então, o vídeo está disponível na Internet (no Portal da CONTEE e no site Youtube) e também foi exibido em salas de cinema de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador.

Em maio de 2007, a Campanha foi apresentada oficialmente ao ministro da Educação Fernando Haddad.

Durante a audiência com o ministro, a direção da CONTEE teve a oportunidade de colocar uma série de informações sobre o processo acelerado de aquisições de Instituições brasileiras de ensino superior por grupos estrangeiros e investidores nacionais. Na ocasião, como resposta às solicitações, o ministro afirmou que tais questões eram também uma preocupação do MEC. Disse ainda que o grave problema da mercantilização da educação exige um posicionamento do Governo, assumindo, então, o compromisso de pautar a questão com o presidente Lula.

Segunda fase: desnacionalização

No segundo semestre de 2007, a Campanha entrou em sua segunda fase, com o lançamento de novos materiais gráficos e um tema prioritário: o combate à desnacionalização da educação. Com a expansão de tal processo e a abertura de capital de diversas Instituições privadas de ensino superior, o objetivo a partir daquele momento foi potencializar as ações da Campanha na reivindicação de medidas concretas e imediatas por parte do governo federal para conter este processo.

A primeira peça publicitária da nova fase ressaltava a arbitrariedade do processo perverso que transforma

a educação em uma mercadoria e que expande suas pretensões “comerciais”, abrindo capital na Bolsa de Valores e expondo a educação superior à ingenuidade de especuladores estrangeiros e nacionais, que atuam em nome da lucratividade. Para denunciar mais esta forma de abuso, a CONTEE produziu um novo vídeo institucional, exclusivamente dedicado ao tema da desnacionalização.



A Campanha “Educação Não é Mercadoria” significa:

- Fortalecer a educação pública e aumentar a destinação de verbas estatais para o setor público;
- Regular o setor privado de ensino em todos os níveis e modalidades;
- Impedir a entrada do capital internacional nas Instituições privadas brasileiras;
- Lutar pela democratização das Instituições de educação;
- Investir na formação profissional de qualidade;
- Investir em pesquisa e na formação de pesquisadores;
- Defender melhores condições de trabalho, carreira e remuneração aos trabalhadores em educação;
- Democratizar os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação e os Conselhos Universitários;
- Defender a educação como bem público e dever do Estado;
- Garantir 10% do PIB para educação;
- O fim da DRU – Desvinculação dos Recursos da União;
- Educação com compromisso social;

Entidades nacionais apóiam a CONTEE

Desde o seu lançamento, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” recebeu o apoio de importantes entidades nacionais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras.

Foto: Daniele Morais



Madalena Guasco Peixoto e José Thadeu de Almeida apresentam Campanha “Educação Não é Mercadoria”.

O anúncio oficial de apoio aconteceu durante a apresentação da Campanha ao Conselho Federal da OAB, realizada em 11 de março de 2008, na sede da entidade, em Brasília.

O diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil foi iniciado em 2007, quando dirigentes da CONTEE foram recebidos em audiência pelo presidente nacional da entidade.

Foto: Daniele Morais



Diretoria executiva da CONTEE prestigia a apresentação da Campanha ao Conselho Federal da OAB

Na ocasião, o presidente nacional da OAB, Cezar Britto, afirmou que “a CONTEE pode contar com o apoio engajado da OAB na Campanha Educação Não é Mercadoria”. E disse ainda que “se nós apostarmos que o conhecimento iguala as pessoas temos que exigir um ensino de qualidade. E qualidade do saber é incompatível com a mercantilização do ensino. Neste sentido, a Campanha é fundamental quando aposta na qualidade e quebra uma lógica perversa, que pautou vários governos brasileiros, de apostar mais na quantidade do que na qualidade”.

Britto garantiu que a OAB vai colaborar na divulgação da Campanha e colocar a disposição da CONTEE toda a experiência interna da entidade de exigência de qualidade. “Firmamos a compreensão, cada vez maior, na divulgação para a população de que o saber, o ensino, não é mercadoria”, ressaltou.

Mercantilização e desnacionalização

Não há quem conteste a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação. Nem mesmo é possível negar a relação direta entre qualidade de ensino e as perspectivas de crescimento de um povo ou país, sem deixar de mencionar o impacto inerente à formação de cidadãos conscientes de seus deveres, diretos e responsabilidades.

É grave o processo de mercantilização da Educação no Brasil

Setor estratégico na viabilização de melhores condições de vida à população, também como via de democratização e distribuição de renda por meio da conquista da dignidade e do trabalho, a educação no Brasil precisa, mais do que nunca, ser debatida e priorizada. Só assim poderemos vislumbrar um futuro promissor e verdadeiramente desenvolvido para nosso país.

Do início da República até os nossos dias, lutas históricas apontam para o fato de que as políticas educacionais estão sempre ligadas a projetos de nação. Projetos estes que revelaram, ao longo do tempo, duas tendências: de ampliação democrática e desenvolvimento nacional; ou de restrições democráticas e entrelaçamento a interesses internacionais, que visam manter a dependência econômica, política e ideológica do país.

Portanto, refletir sobre o que esperamos da educação, como ela pode contribuir para o desenvolvimento do país e sobre qual sistema poderá nos transportar para outros patamares é essencial. Neste sentido, uma constatação precisa ser feita: não será por meio dos processos de mercantilização da educação que atingiremos tais metas.

Construído e fomentado há décadas, o conceito que propõe o tratamento da educação como um serviço ou, como costumamos dizer, como uma mercadoria, se intensificou nos últimos 15 anos com a imensurável expansão do ensino superior privado ocorrida no Brasil.

O crescimento acelerado e as questões de lucratividade das “empresas” do setor deram origem a Instituições de ensino superior (IES) gigantescas, com

centenas de milhares de alunos, e muito pouca qualidade. Isto porque a equação da lucratividade em educação só tem um caminho: o da precarização do ensino, por meio do rebaixamento da qualidade, com adoção de salas de aulas superlotadas, falta de projeto pedagógico, má remuneração de professores e trabalhadores em educação e total ausência de democracia interna, entre outros fatores.

Hoje este é o modelo de IES que se multiplica no Brasil e alavanca o processo de mercantilização. Para este modelo de ensino, a proposta do empresariado é de que as “leis do mercado” estabeleçam critérios de atuação, qualidade e crescimento no setor. Segundo eles, só sobreviverá à concorrência quem investir em profissionalizar sua gestão. Ou seja, quem tornar seu negócio mais lucrativo. Esquecem, no entanto, de fazer referências à qualidade, à contribuição para o desenvolvimento nacional, à democratização da educação, à redução de desigualdades, ao compromisso com pesquisa e com um projeto educacional, entre outras questões fundamentais e inadiáveis para o Brasil.

A desnacionalização ameaça a soberania nacional

Prevedo as graves consequências da livre exploração comercial do setor educacional pela iniciativa privada, sem regulamentação do Estado, os movimentos sociais lutam historicamente contra tais condições. Entretanto, chegamos a um momento crucial, que precisa ser enfrentado com mudanças urgentes. Afinal, agora, os riscos da mercantilização da educação passam a ameaçar não só os planos de desen-

volvimento da nação brasileira como podem também afetar a soberania nacional.

Estamos falando sobre o avanço desmedido do processo de desnacionalização do ensino superior privado, também fruto da desregulamentação do setor, que se intensifica a cada dia e que se não for combatido e desencorajado poderá comprometer definitivamente o alicerce de nossa produção de conhecimento, ciência e tecnologia: as universidades.

As consequências disso são as piores possíveis. E foi por perceber a premissa desta questão que a CONTEE lançou a Campanha “Educação Não é Mercadoria”. Desde então, vem lutando incansavelmente, ocupando os espaços institucionais de elaboração de políticas públicas do MEC, por meio de pareceres ao Conselho Nacional de Educação (CNE), da atuação na Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (CONAP), na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e nos Conselhos Estaduais e Municipais. Além de unir esforços com atividades sindicais e fortalecer as bandeiras comuns das entidades ligadas à educação. Trabalhamos para garantir que a sociedade brasileira tome conhecimento dos riscos da mercantilização e da desnacionalização da educação, exigindo ações imediatas e concretas do governo federal para impedir o avanço deste processo.

Um processo em curso

A desnacionalização da educação no Brasil se concretiza, rapidamente, por dois caminhos principais: a venda

direta de Instituições de ensino superior a especuladores estrangeiros e a recente abertura de capitais na Bolsa de Valores. Até hoje não há no país uma regulamentação que estabeleça critérios, limites e compromissos por parte do capital internacional para entrada em nosso setor educacional.

O projeto de Reforma Universitária, enviado ao Congresso Nacional, que propõe a exigência de que pelo menos 70% do capital votante pertençam a brasileiros natos ou nacionalizados, está parado aguardando votação há mais de dois anos. Enquanto isso, as inversões de capital internacional especulativo na compra de IES e o lançamento de ações na Bolsa de Valores continuam. Em 2007, foram 25 aquisições por grupos de especuladores internacionais e a perspectiva é que o ritmo no ano de 2008 seja ainda mais acelerado.

O governo tem enfrentado a questão estabelecendo um controle mais rigoroso sobre as IES, por meio de diretrizes constituídas pela CONAES e de normativas de supervisão e regulação, elaboradas pelas secretarias do MEC, como a Secretaria de Educação Superior (SESu) e Secretaria de Educação a Distância (SEED). Entretanto, tais ações têm caráter de medidas governamentais e não alcançam o status de política de Estado. Embora as iniciativas signifiquem um avanço, estão aquém de contribuir para mudanças significativas do Sistema no seu conjunto.

Embora diversos membros do MEC, além do próprio ministro, tenham manifestado contrariedade aos processos de mercantilização e declarado preocupação com a desnacionalização da educação brasileira, especialmente em nível superior, até o presente momento, nenhuma medida efetiva deu conta de enfrentar de fato a questão.

Em entrevista publicada, em março de 2008, no Jornal “O Valor

Econômico”, o secretário de ensino superior do MEC, Ronaldo Mota, sinalizou preocupação, afirmando que a falta de regulação adequada e avaliações consistentes significa permitir que, ao lado de boas instituições privadas, se estabeleçam empresas onde o lucro é tratado como algo muito mais importante do que a educação.

Segundo Mota, há preocupação ainda com as negociações do Acordo Geral para o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (AGCS/OMC). Ele alerta que é muito importante o Congresso aprovar o projeto de Reforma Universitária – engeveteado no Congresso.

“Se tudo estiver conforme o compromisso de atender às normas da AGCS/OMC, até que ponto se retirará do poder público nacional o controle da regulamentação no país? É, portanto, um risco para o projeto de desenvolvimento do Brasil aderir à proposta da OMC porque a educação, na concepção governamental brasileira é um bem público e um direito, mas não uma mercadoria”, diz Mota.

O forte lobby das Instituições privadas

Infelizmente, é de conhecimento geral que as Instituições privadas de ensino têm um poder de fogo intenso e forte lobby junto aos parlamentares. O que dificulta, e muito, o trabalho de quem deseja modificar as estruturas vergonhosas de atuação no setor. Por iniciativa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), em conjunto com diversas entidades ligadas aos donos de IES privadas, foi criada, em dezembro de 2007, a Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Superior Particular. A iniciativa recebeu apoio de mais de 30 parlamentares, incluindo os presidentes das Comissões de Educação da Câmara e do Senado e do ex-ministro da Educação do governo Fernando Henrique Cardoso, Paulo

Renato Souza.

A reação do setor privado prova que a nossa luta tem surtido efeito e começa a preocupar os empresários, que temem perder a total liberdade que têm de explorar o “mercado educacional” como querem e bem entendem. Afinal, a ausência de regulamentação da educação privada é um atrativo escandaloso e um cenário muito convidativo – tanto para a expansão indiscriminada de Instituições de ensino, sem garantia nenhuma de qualidade, quanto para a invasão do capital internacional. Por isso, é urgente a criação de um novo marco regulatório que propicie o estabelecimento efetivo de um Sistema Nacional de Educação, tendo como referência a educação pública e a regulamentação do setor privado.

Neste momento, é possível notar indícios de que a disputa entre o setor de educação privada e as instâncias públicas começou a se acirrar na esfera política, mas pouco tem se refletido na articulação de medidas efetivas que impeçam a invasão do capital internacional e a ingerência estrangeira na educação brasileira. Parece claro: muito mais que declarações é preciso atitude e agilidade!



Foto: Tania Meinzer



Foto: Tânia Meinerz

Sem regulamentação do Estado e com demanda social de vagas no ensino superior (pois apenas 10% da população entre 18 e 24 anos estão matriculados), o setor educacional no Brasil apresenta, segundo relatório divulgado pelo Jornal Valor Econômico, lucros comparáveis, proporcionalmente, a empresas nacionais de grande porte, como a Vale do Rio Doce, Gerda e a Petrobrás. Segundo a pesquisa, dez IES do setor privado estavam, em 2005, entre as mil maiores empresas do Brasil. E mesmo atingindo um baixo percentual da população, frente ao potencial do país, as faculdades e universidades brasileiras movimentam aproximadamente 15 bilhões de reais por ano.

Prato cheio para a invasão da visão mercadológica, especialmente após a abertura de capital das IES na Bolsa de Valores, que exigiu delas a adoção de políticas de governança corporativa, em Nível 2. As transformações se dão até mesmo na linguagem e na chamada profissionalização de gestão. As Instituições tem agora, por exem-

plo, departamentos de “Relações com Investidores”, para os quais devem transmitir balanços trimestrais sobre a administração, as movimentações financeiras, aquisições e lucratividade.

É preciso mesmo muita agilidade para acompanhar o avanço do processo de desnacionalização da educação superior no Brasil, de tão intenso e agressivo que se tornou. Os dados sobre o tema precisam de atualização freqüente e esta constatação é preocupante. Sinal de que as negociatas estão se expandindo de maneira descontrolada.

A mercantilização em números

A situação só tem priorado. Desde março de 2007, quando a Anhanguera Educacional S.A tornou-se a primeira Instituição de ensino superior da América Latina a abrir capital na Bolsa de Valores, mais três Instituições seguiram o mesmo caminho. São elas: a Estácio Participações S.A. – representante, entre outras, da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá; o SEB – Sistema Educacional Brasileiro S.A. – que atua para o Grupo COC; e a Kroton Educacional S.A. – holding de educação e detentora da marca Pitágoras.

Apenas no primeiro dia de operações, as ações da Anhanguera tiveram alta de 21,39%. De lá para cá, a Instituição já vendeu 27,8% de seu capital para investidores e captou mais de R\$ 300 milhões (dados divulgados em março 2008). Seu histórico de expansão é impressionante. Em apenas dois anos, passou de 13 para 42 campi, em função da aquisição de outras Instituições de ensino, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás.

Segundo Ricardo Scavazza, diretor vice-presidente operacional e de relações com investidores da Instituição, a visão da Anhanguera em relação a aquisições é substituir a expansão orgânica, “ou seja, quando compra-

mos uma destas unidades a visão é uniformizar o modelo de negócio, o modelo pedagógico”. Scavazza diz ainda que o esforço está em desenvolver um modelo de negócio baseado no modelo pedagógico estandardizado e processos de negócio também absolutamente uniformes, garantindo replicabilidade do modelo e permitindo uma expansão rápida e em novos mercados.

É lamentável e preocupante a explicitação de tal visão, que ignora o fator humano e todas as contingências e subjetividades do setor educacional, além das diversidades regionais, que estrategicamente deveriam ser levadas em consideração ao analisarmos a interferência, por exemplo, que a formação superior pode trazer para o mercado de trabalho.

O processo continua. Somente no primeiro trimestre de 2008, já foram anunciadas diversas novas fusões e aquisições, que potencializam aglomeração no setor, por meio da formação de gigantes da educação que prometem intensificar ainda mais sua expansão.

O balanço anunciado pelo SEB – Sistema Educacional Brasileiro S.A., representante do Grupo COC, reporta Lucro Líquido Ajustado de R\$27,5 milhões em 2007, com crescimento de 21,6%. Recentemente, anunciou a aquisição de 93,4% do capital da DBI Investimentos S.A. (Grupo Dom Bosco), que detém 100% das sociedades educacionais localizadas na Cidade de Curitiba (Paraná). O grupo divulgou ainda que o Sistema COC de Ensino pretende quadruplicar sua taxa de crescimento em 2008. No caso, destaque para o Ensino a Distância (EAD), que segundo o balanço, “está preparado para mais do que quintuplicar seu faturamento, tendo expandido sua rede para 151 mercados (50 em 2007) com 241 salas (57 em 2007)”.

Já a Estácio Participações S.A., que

comprou o Centro Universitário Radial (UniRadial), em São Paulo, somente em 2007, agregou 70 mil novos estudantes nas unidades de ensino, distribuídas em 11 estados do Brasil. Recentemente, concluiu a aquisição de mais três IES na capital paulista, totalizando uma base 178 mil alunos em graduação, com crescimento de 6,9% no ano. Segundo dados da Instituição, a Receita Bruta consolidada, em 2007, foi de cerca de R\$ 1,3 bilhão e a Receita Líquida de R\$ 860 milhões.

A Kroton Educacional, que tem Walfrido dos Mares Guia (ex-ministro das Relações Institucionais) como um dos donos, divulgou que, no terceiro trimestre de 2007, sua receita líquida cresceu 53,3%, em relação ao mesmo período de 2006, totalizando R\$ 35,5 milhões. Em janeiro de 2008, anunciou a aquisição de 75% do capital social da NABEC – Nova Associação Brasileira de Educação e Cultura Ltda, da cidade de Guarapari, no Espírito Santo. E divulgou também a compra da União Educacional Minas Gerais

S/A – UNINIMAS, situada na cidade de Uberlândia (MG). Com 3.632 alunos, a UNIMINAS foi adquirida por R\$22 milhões, sendo divulgado o valor aproximado de R\$ 6.050 por estudante. Tal referência tornou-se comum no “mercado” educacional, que agora estabelece uma relação de custo/aluno nas transações entre IES. Por isso, a Campanha “Educação Não é Mercadoria” alerta: comercializar estudantes é crime.

Os números são impressionantes e podemos concluir que o ambiente para tais negociações parece perfeito aos investidores. Segundo a revista patronal “Ensino Superior”, consultores econômicos ligados as IES privadas acreditam que o número de Instituições ou grupos educacionais com capital aberto no Brasil deve chegar a dez em até dois anos.

O que agrava a questão e preocupa ainda mais é a constatação de que os lucros exorbitantes e atratividade no mercado de ações, entretanto, não têm nenhuma relação com a quali-

dade de ensino. Uma prova disso pode ser constatada nos resultados do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo divulgado em reportagem na Revista Carta Capital (“O ensino vai à Bolsa”, de 17 de outubro de 2007), menos de 10% dos formados no curso de direito do Centro Universitário Ibero-Americano, em São Paulo, e da Faculdade Comunitária, de Campinas, ambas da Rede Anhanguera, foram aprovados no exame da Ordem.

Os representantes do patronato não se esforçam para disfarçar suas intenções e afirmam categoricamente, como fez o presidente do SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo), Hermes Figueiredo, em artigo publicado na Revista “Ensino Superior”. Para ele, o ensino não é um bem público e, sim, um “serviço público, quando prestado pelo poder público, e atividade econômica, quando prestado pela iniciativa privada”.

Quem são os investidores e o que eles querem

Diante de perspectivas de lucro em números impressionantes, a abertura de capital e os índices relacionados às transações financeiras de Instituições de ensino ganharam as páginas de jornais, revistas e os conteúdos de sites e blogs. Poucos refletem sobre o que atrai o investidor, quem são eles e o que esperam do setor. Entretanto, parece óbvio que a lucratividade e a falta de regulamentação são os principais atrativos no Brasil e em demais países em desenvolvimento.

De acordo com dados da empresa americana Whitney International University System, que em novembro de 2006 adquiriu 60% das Faculdades Jorge Amado, na Bahia, a demanda não atendida no mundo é estimada entre 35 a 50 milhões de estudantes, com um crescimento de 144% no número de matrículas no ensino superior, apenas nos países em desenvolvimento, nos últimos 5 anos.

Já o representante da Laureate Education (empresa também norte-americana que comprou 51% da Universidade Anhembi Morumbi, em dezembro de 2005), Dante Iacovone, diz que o objetivo no Brasil é crescer. E estão conseguindo. Nos 15 países por onde atua, somente em 2006, seu crescimento foi de 15% no número de estudantes – passando para 227,9 mil em 56 campi. E tem mais gente de olho nessa oportunidade de lucro fácil e à vontade no setor educacional do Brasil. São elas: a Apollo Group (que já atuou no País) e rede DeVry, que conta atualmente, em nível mundial, com 80 campi, 50 mil estudantes e um faturamento de 839,5 milhões de dólares, somente em 2006.



Foto: Tânia Meinerz

A Campanha “Educação Não é Mercadoria” foi lançada no dia 13 de abril de 2007, durante a cerimônia de abertura do 13º Conselho Sindical da CONTEE, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O ato contou com a participação de mais de trezentos delegados de todas as regiões do país, estudantes e representantes de entidades educacionais e do movimento social (CUT, CNTE, FASUBRA, UNE, UBES, MST, entre outras). Desde então, a Campanha percorre o Brasil realizando lançamentos e debates locais sobre a questão da mercantilização e da desnacionalização da educação.

“Educação Não é Mercadoria” percorre o Brasil



Dia 20 de setembro, em Tubarão.

O pontapé inicial que marcou a primeira atividade de lançamento regional da Campanha foi no Estado do Mato Grosso. Por lá o debate aconteceu no dia 18 de junho, em audiência pública realizada pelo deputado Alexandre César (PT), na Assembléia Legislativa do Estado, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Mato Grosso (Sintrae/MT). Durante a audiência, que teve a participação de representantes de órgãos públicos e privados, foram formalizadas algumas propostas a serem encaminhadas ao Ministério da Educação, dentre elas a que limita o capital financeiro e franquias para as escolas e a que coíbe cursos a distância. Na seqüência, foi a vez da Região Norte realizar um rico debate. Nos dia

24 e 25 de agosto de 2007, aconteceu o Seminário “Educação Não É Mercadoria”, promovido em conjunto pela CONTEE, Sindicato dos Professores do Pará e CUT do Amapá. As cidades de Belém (Pará) e Macapá (Amapá) conheceram a Campanha e receberam o debate sobre a mercantilização da educação no Brasil, a expansão do ensino superior da rede pública e privada, a educação a distância e as perspectivas dos educadores da Região Norte. Os encontros marcaram também as primeiras ações efetivas de integração e mobilização dos trabalhadores do ensino da região, após a criação da Regional Norte da CONTEE em seu último Congresso. As atividades na Região Sul se iniciaram pelo Estado de Santa Catarina. A CONTEE realizou por lá um interessante debate público na Câmara de Vereadores da cidade de Tubarão/SC. O evento aconteceu no dia 20 de setembro e sua realização foi possível graças ao empenho do SINPAAET (Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Tubarão).



Em BH, ônibus exibem a campanha.

Em Minas Gerais, a regulamentação do setor privado e a democratização do Conselho Estadual de Educação foram as principais reivindicações apresentadas pelos participantes da audiência pública, realizada no dia 3 de outubro, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que discutiu a Campanha “Educação Não é Mercadoria” no Estado. Após o lançamento, o Sinpro Minas intensificou a divulgação da Campanha em outdoors e spots nos principais veículos de televisão do Triângulo Mineiro e de Ponte Nova. De lá para cá, cartazes, adesivos e panfletos foram distribuídos em escolas e universidades e 50 veículos de várias linhas de ônibus circularam durante trinta dias pelas principais ruas e avenidas da região metropolitana de Belo Horizonte, com a imagem da Campanha na parte traseira.



lhadores da área de ensino com o tema “Educação Não é Mercadoria”.

Já no dia 13 de novembro foi a vez da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul receber em audiência pública a coordenação nacional da Campanha. Durante a atividade, a Comissão se comprometeu a divulgar o material informativo entregue pela CONTEE e enviar uma moção ao Ministério da Educação e ao presidente da República pedindo medidas contra a desnacionalização da educação.

De volta ao sul do Brasil, os gaúchos receberam duas atividades importantes. A primeira aconteceu no dia 22 de outubro, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre/ RS. O lançamento contou com o apoio da vereadora Sofia Cavendon (PT), além do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), da Câmara Municipal de Porto Alegre, da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (Fetee-Sul), do Cpers Sindicato, da Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Alegre (Atempa), do Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar do Rio Grande do Sul (Sintae/RS) e CUT. Durante a atividade, foi realizado um rico debate, além da abertura de uma exposição de obras de arte produzidas por traba-

O Estado da Bahia também recebeu uma atividade de lançamento da Campanha. No dia 11 de dezembro foi realizada uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado, organizada pelo Sindicato dos Professores da Bahia e pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público da AL, então presidida pelo deputado Zilton Rocha (PT).

As atividades da Campanha “Educação Não é Mercadoria” seguem em 2008. No dia 12 de março, o Estado do Piauí conheceu em detalhes a Campanha. A atividade foi realizada durante a assembléia de aprovação de pauta dos professores da rede privada local, por iniciativa do Sindicato dos Professores do Piauí. Representantes da CONTEE destacaram

Foto: Tonico Alvarez/ CMPA



Câmara de Vereadores de Porto Alegre/ RS.

aos professores e trabalhadores presentes os principais pontos da Campanha e apresentaram os vídeos institucionais produzidos pela entidade.

A Campanha cruzou fronteiras e também foi apresentada no Uruguai aos companheiros da Confederação de Educadores Americanos (CEA) e aos representantes da Internacional da Educação (IE), em atividade realizada na Argentina. E assim seguimos disseminando a nossa luta e angariando apoios importantes que nos estimulam a prosseguir. Para os próximos meses, já estão previstos novos lançamentos e debates em diversas regiões do Brasil. Portanto, acompanhe a cobertura completa e a agenda das atividades no Portal da CONTEE: www.contee.org.br

Lançamento da campanha na Assembléia Legislativa de Porto Alegre.

Foto: Tonico Alvarez/ CMPA

Câmara de Vereadores de Porto Alegre





contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br

Comercializar estudantes é crime

DESNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A venda de instituições privadas de educação superior para empresas internacionais é um crime contra a educação no Brasil. É inaceitável a ingerência de especuladores estrangeiros nos assuntos educacionais do nosso País.

A educação desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento e a soberania nacional. É urgente que o governo Lula tome medidas que impeçam o avanço dessas negociações.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!